**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 7

GRUPO IV – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

A assistência jurídica da DPU a comunidades ciganas verificou a necessidade de que o atendimento ginecológico nessas comunidades fosse realizado somente por médicas, além de ter constatado que as jovens ciganas deixam de frequentar a escola por não poderem utilizar os seus vestidos típicos em vez do uniforme de uso obrigatório.

Considerando essa situação, discorra sobre o princípio da igualdade constitucional sob os aspectos material e formal, assim como sobre sua aplicação prática aos costumes socioculturais dos membros das minorias étnicas.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

Direito Constitucional: 6 O princípio da dignidade da pessoa humana. 7 Direitos e garantias fundamentais. 8 Direitos e deveres individuais e coletivos.

Direitos Humanos: 17 Igualdade racial e combate ao racismo. 17.1 Estatuto da Igualdade Racial. 17.3 Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. 17.4 Ações afirmativas. 18 Identidade e reconhecimento das minorias étnicas. 18.1 Convenção 169 da OIT e as comunidades e povos tradicionais. 18.1.1 Direito de autoidentificação e à diferenciação étnica. 18.2 Proteção do patrimônio cultural material e imaterial. 18.3 Estado plurinacional, pluriétnico e multicultural. 18.4 Direito das comunidades e povos tradicionais. 18.4.1 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 18.4.2 Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. 18.4.3 Direito à biodiversidade. 18.4.4 Proteção do conhecimento tradicional. 18.5 Direito dos povos indígenas. 18.6 Direito das comunidades negras tradicionais e quilombolas.

PADRÃO DE RESPOSTA

Em que pese o princípio constitucional da igualdade, art. 5.º, I, da CF/88, deve-se aplicar o conceito de igualdade material (real ou substancial) baseado no multiculturalismo e na dignidade da pessoa humana.

Assim, a lei pode e deve estabelecer distinções, uma vez que os indivíduos são diferentes em sua essência, devendo os iguais serem tratados igualmente e os desiguais tratados desigualmente, de acordo com suas diferenças.

A CF/88 prevê garantias de situações de diversidade cultural, por exemplo, nos arts. 5.º, VI (proteção de culto), 215 (manifestações culturais) e 231 (indígenas com sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições).

Quanto à aplicação prática do princípio aos costumes socioculturais dos membros das minorias étnicas, a essência da resposta está na formação do raciocínio e da argumentação jurídica elaborada pelo candidato para a sustentação de seu posicionamento jurídico com relação aos direitos das minorias e de seus membros (dimensões coletiva e individual).

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 7

GRUPO IV – DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 2

Na administração pública federal, não é raro se condicionar o acesso de indígenas a direitos à expedição de documentos ou declarações pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo, aceita certidão dessa fundação como principal documento comprovador da condição de segurado especial. De forma similar, algumas universidades federais exigem declaração semelhante para que o candidato autodeclarado possa acessar vagas reservadas aos indígenas.

À luz da Constituição Federal e de normas convencionais internacionais, discorra sobre os conceitos de autonomia e de tutela indígena, identificando se os condicionantes referidos no texto acima estão salvaguardados constitucional e(ou) infraconstitucionalmente.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

18 Identidade e reconhecimento das minorias étnicas. 18.1 Convenção n.º 169 da OIT e as comunidades e povos tradicionais. 18.1.1 Direito de autoidentificação e à diferenciação étnica. 18.1.3 Direito de autodeterminação e participação política. 18.4 Direito das comunidades e povos tradicionais. 18.5 Proteção dos povos indígenas.

PADRÃO DE RESPOSTA

O Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/1973) prevê um regime especial de tutela civil do indígena, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva. A lei diferencia, inclusive, para tal finalidade, índios integrados e não integrados. No regime de tutela, desponta a União, através da FUNAI, como principal agente de representação dos povos isolados ou em vias de integração. Apesar da vigência do estatuto, esse regime especial tutelar, bem como a classificação quanto ao grau de integração ou patamar civilizatório, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. No plano constitucional (v.g., arts. 216 e 231), o direito à diferenciação étnica impede a caracterização da incapacidade civil apenas com base na condição de indígena. No âmbito internacional, a Convenção n.º 169 da OIT (art. 8.3), internalizada em nosso ordenamento como norma supralegal e infraconstitucional, igualmente rechaça o regime da tutela, preconizando a autodeclaração como corolário do direito à identidade étnica, em substituição ao modelo assimilacionista estabelecido na Convenção n.º 107 da OIT. Dessa forma, os exemplos de condicionantes referidos no enunciado da questão podem ser tidos como inconstitucionais e ilegais, devendo as instituições que o exigem adotar critérios diversos na atenção aos direitos indígenas, sempre com respeito à autonomia desses povos.